



Mariana Pereira Dermindo

Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo



CRIANÇAS E O RACISMO AMBIENTAL EM PERIFERIAS URBANAS

DOI: doi.org/10.36942/dialogossocioambientais.v9i26.1652

O racismo ambiental expressa a forma desigual como riscos climáticos, impactos socioambientais e condições ambientais se distribuem entre diferentes grupos sociais. Pode ser definido como o reconhecimento da dimensão racial no contexto da crise climática, abrangendo não apenas populações negras, mas também indígenas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores, quilombolas, moradores de favelas e encostas, além de mulheres, mães solas e jovens (DUTRA, 2022). Em territórios historicamente marginalizados, a exposição a enchentes, ondas de calor e colapsos de infraestrutura não é mero acidente, mas acompanha a forma como esses espaços foram produzidos, quem foi empurrado para ocupá-los e a quem o Estado decidiu não proteger.

Compreender o racismo ambiental exige, portanto, deslocar o olhar dos eventos isolados para os processos que organizam o território e definem quem se expõe mais, quem se protege e onde as possibilidades de resposta são mais restritas. Nesse ponto, uma dimensão permanece sistematicamente ausente da análise: a infância. Crianças vivem nas periferias urbanas, circulam por pelos espaços, acumulam experiências sobre o que é seguro e o que ameaça, constroem sentidos sobre o lugar onde habitam. O que a convivência cotidiana com a precariedade e a instabilidade socioambiental produz nas crianças? Este texto não busca oferecer respostas, mas se

propõe a abrir um campo de questões e argumentar que, sem a infância como perspectiva, a compreensão do racismo ambiental permanece incompleta.

Racismo Ambiental e produção do território

O racismo ambiental não é resultado de escolhas aleatórias ou de descuidos pontuais da gestão pública. Pelo contrário, ele opera na produção do território; nos processos históricos e arranjos institucionais que articulam desigualdades raciais, econômicas e espaciais, estruturando aonde se chega o saneamento e a coleta de lixo e onde os riscos se concentram. Ao apontar que os impactos climáticos incidem de maneira desigual, acompanhando marcadores sociais como raça, gênero e classe, Louback (2021) evidencia que a vulnerabilidade não é natural, mas socialmente produzida.

Nos grandes centros urbanos, essa dinâmica se materializa em assentamentos precários instalados em áreas de várzea e encostas, em bairros que convivem com córregos poluídos e ruas sem pavimentação, em comunidades que enfrentam as enchentes sem redes de proteção suficientes. Eventos climáticos extremos, com cenas recorrentes de enchentes, deslizamentos, ondas de calor passam a compor a experiência cotidiana de determinados territórios. Esse caráter repetido e acumulado

não se trata, no entanto, de uma crise passageira, mas de uma condição que se instala no cotidiano e vai desgastando, ainda mais, as condições de vida de quem vive nesses espaços.

Essa violência tem uma característica que dificulta seu reconhecimento público, já que sua ação se dá de forma gradual e, eventualmente, sem a espetacularidade do desastre visível, mas com efeitos igualmente devastadores sobre os corpos e as subjetividades. Vive-se sob a ameaça permanente de perder a casa, de ter a escola alagada, de não saber se o caminho até o posto de saúde estará transitável. É uma experiência que atravessa a constituição de quem se é e do modo como se aprende a habitar o mundo; nesse sentido, a desigualdade ambiental age sobre a forma como os corpos aprendem a se mover, a confiar, a pertencer e, para as crianças, a se reconhecer como sujeitos de direito ou como habitantes de um território negligenciado.

A infância nos territórios marcados pelo racismo ambiental

Se o território produz condições desiguais de vida, a infância se constitui nessas mesmas condições. Como propõem Abramowicz e Rodrigues (2014), as infâncias são plurais e se constituem nos contextos em que se produzem, o que implica reconhecer que diferentes territórios configuram modos distintos de viver e de se relacionar com o mundo. Não há, nessa perspectiva, uma infância universal, mas sim infâncias, marcadas pela raça, pela classe, pelo território e pela forma como o Estado decide, ou não, protegê-las.

Para crianças que crescem em territórios atravessados pelo racismo ambiental, o mundo se apresenta desde cedo marcado pela percepção de que o lugar onde vivem não recebe o mesmo cuidado que outros espaços, mesmo que isso não seja nomeado. Por isso, é importante problematizar que a desigualdade, quando vivida desde os primeiros anos de vida, pode parecer algo natural, parte do cotidiano, e não o resultado de escolhas políticas e processos históricos que produzem essas diferenças.

Esse é o ponto em que a análise do racismo ambiental precisa ir além da distribuição de riscos e tocar a constituição subjetiva. Crianças em territórios precários convivem com a falta e elaboram sentidos sobre ela, aprendem, desde muito cedo, que há um mundo onde as coisas funcionam e um mundo onde as coisas falham, e que pertencem ao segundo. Esse aprendizado atravessa a autoestima, a percepção de direitos, a capacidade de imaginar futuros. O racismo, quando opera desde os primeiros anos de vida sobre a constituição do sujeito, não deixa apenas marcas externas, ele se inscreve na interioridade, comprometendo os sentidos de dignidade e reconhecimento que sustentam a saúde mental (FANON, 2008).

Os efeitos da exposição contínua a ambientes insalubres e socialmente vulneráveis sobre o desenvolvimento infantil têm sido documentados pela literatura científica internacional, que aponta impactos sobre funções cognitivas, desenvolvimento emocional e saúde mental ao longo da vida (FORD, 2024). Ainda assim, a infância permanece subrepresentada nas análises sobre racismo ambiental, tratada, quando aparece, como dado demográfico e não como perspectiva analítica.

Escutar as crianças como método

Se o território produz condições desiguais Reconhecer a infância como perspectiva analítica é uma escolha ética e, em nossa tese, uma exigência metodológica. Crianças que crescem em territórios atravessados pelo racismo ambiental produzem conhecimento sobre esses territórios, elas conhecem os caminhos, os riscos, os ritmos das enchentes, os espaços que o poder público ignora e os que a comunidade cuida. E esse conhecimento raramente entra nos diagnósticos técnicos ou nos planos de gestão urbana.

As metodologias participativas têm, diante desse cenário, importância precisamente por criarem condições para que esse conhecimento apareça sem precisar ser traduzido imediatamente pela linguagem adultocêntrica ou técnica. Ao desenhar, fotografar, narrar e caminhar pelo território, as crianças elaboram

sentidos sobre o ambiente em que vivem e indicam caminhos possíveis para pensar cuidado, pertencimento e transformação. Não se trata de pedir que ofereçam soluções, já que isso poderia reproduzir a lógica que as sobrecarrega com responsabilidades que cabem ao Estado e à sociedade, mas se trata de reconhecer que suas percepções são dados qualificados sobre a realidade, capazes de revelar dimensões que outros instrumentos não alcançam: Quais são os afetos ligados ao lugar, as narrativas sobre o que falta, sobre o que resiste? Quais formas de imaginação que emergem de quem ainda não aprendeu que certas coisas são impossíveis?

Escutar as crianças, portanto, não significa acrescentar um ponto de vista ao final da análise. Significa reorganizar o campo de questões a partir de quem vive o problema de dentro, desde o início, com o corpo inteiro. E isso, talvez, seja um dos elementos que falta nas pesquisas e nas políticas públicas voltadas às periferias, a disposição de partir de quem já sabe, porque vive. Se o racismo ambiental produz territórios de “descarte”, escutar quem cresce nesses becos e nessas vielas parece ser um passo fundamental para transformá-los.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete; RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 461–474, 2014.

DUTRA, Andressa. Racismo ambiental: justiça climática é justiça racial. In: BELMONT, M. (org.). *Racismo ambiental e emergências climáticas no Brasil*. São Paulo: Oralituras; Instituto de Referência Negra Peregum, 2022.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba, 2008.

FORD, Allison. Where we live, learn and play: environmental racism and early childhood development in review. *Early Childhood Research Quarterly*, v. 69, supl., p. S71–S81, 2024.

LOUBACK, Andréia Coutinho. Como o racismo se revela na crise climática e afeta a infância? *Lunetas: múltiplos olhares sobre a infância*, 2021.